ENTREVISTA

DEPUTADO FEDERAL

Vieira da Cunha

PEC 37 é um retrocesso para o país

PÁGINA 15

Ano VII nº 78 – NOVEMBRO/DEZEMBRO – 2012

ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

ANPT promove Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho

Diversos atos políticos foram realizados, em todo o país, de 7 a 14 de novembro, em conjunto com entidades de classe representativas de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Entre os objetivos da Semana, estava o de reforçar o inconformismo das categorias com a crescente desvalorização das carreiras.

PÁGINAS 8 a 11

Congresso Nacional aprova PL dos subsídios

Plenário do Senado aprovou, dia 18 de dezembro, o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 119/2012, que trata da recomposição dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União (MPU). O PLC, que não recompõe completamente as perdas inflacionárias dos membros do MP, segue para sanção presidencial.

PÁGINA 3

Foto: Waldemir Barreto/ Agência Senado

NOVOS CARGOS NO MPT

ANPT entrega cópia de moção a conselheiros

Página 5

PEC 37

Entidades lançam campanha

Página 17

Caro Associado,

Os dois últimos meses do ano foram de um cada vez mais intenso trabalho da ANPT na defesa dos interesses da categoria formada pelos membros do Ministério Público do Trabalho, não se podendo deixar de mencionar a realização, no período, da Semana de Valorização do MPT, com atos realizados em Brasília e em várias partes do país.

Diversos parlamentares, de ambas as casas do Congresso Nacional, além de autoridades dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como do Ministério Público, foram contactadas e visitadas, sempre com o objetivo de ampliar a articulação em defesa dos interesses dos nossos Associados.

O cenário verificado hodiernamente, contudo, não nos levou a alcançar as conquistas pretendidas e incansavelmente perseguidas. De fato, conquanto o Congresso Nacional, com acompanhamento e articulação permanente da ANPT, tenha finalmente aprovado os projetos de lei que tratam do valor dos subsídios do Procurador-Geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União, os percentuais ali previstos, como todos sabemos, são irrisórios, nem de longe sendo suficientes para recompor as perdas inflacionárias por nós sofridas, que já corroem cerca de 1/3 dos nossos subsídios, apenas considerada a inflação dos últimos anos.

Apesar disso, entendemos que a inexistência de qualquer reposição – ainda que parcial e num percentual tão pequeno – seria, ao nosso ver, ainda mais grave, até porque, vale registrar, caso em 2010 houvesse sido outro o entendimento adotado institucionalmente, notadamente pela presidência do STF, que entendeu por não aceitar qualquer percentual que não fosse aquele estabelecido integralmente no projeto de lei que tramitava à época no Congresso Nacional, atualmente estaríamos partindo de um patamar superior.

Por outro lado, reiteramos que a ANPT continua buscando alternativas às perdas reais sofridas em relação ao valor dos subsídios, inclusive por meio da adoção de providências no âmbito judicial, a exemplo do ajuizamento de ação buscando indenização pelos danos materiais decorrentes das perdas inflacionárias. Enfatizamos, ademais, que temos intensificado, cada vez mais, nossos esforços com o escopo de lograr êxito no restabelecimento do Adicional por Tempo de Servico (ATS), para o que também buscaremos um envolvimento mais efetivo, que tem sido por nós e pelas demais entidades de classe provocado, das cúpulas institucionais tanto do Ministério Público quanto do Poder Judiciário.

Não esquecemos, ademais, em momento algum, a imprescindibilidade de sermos dotados, no âmbito do MPT, de melhor estrutura de trabalho, o que passa, necessariamente, pela melhoria da situação atinente ao quadro de pessoal, tanto de membros, quanto, de maneira mais urgente, no que tange ao reduzidíssimo ou praticamente inexistente quadro de servidores de que dispomos, em relação ao que temos reiteradamente provocado e buscado a colaboração do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho, da Procuradoria-Geral do Trabalho e da Procuradoria-Geral da República.

Todas essas e diversas outras frentes de atuação da ANPT nos últimos tempos estão retratadas nesta edição do Informativo, com destaque especial, também, para a luta contra a aprovação da PEC 37, a chamada PEC DA IMPUNIDADE, que representa tantos malefícios para a sociedade brasileira.

Esperamos, e faremos inquestionavelmente todo o possível para isso ocorrer, que em 2013 possamos avançar significativamente.

Boa leitura e um excelente ano novo a todos!

CURTAS

"MPU Forte"

A ANPT aderiu à campanha "MPU Forte", lançada pelo Sindicato Nacional dos Servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério publico (Sinasempu), cujo objetivo é promover ações de valorização do MPU e de seus servidores. A participação da entidade na campanha foi oficializada dia 19 de novembro, após reunião entre a vice-presidente da Associação, Daniela Varandas, e o diretor do Sinasempu Aroldo Galindo. Entre as estratégias de comunicação, utilizadas durante a campanha, está a de colocar *outdoors* em aeroportos com a chamada para o *hotsite*: mpuforte.com.br, onde está disponível o vídeo da campanha.

Amianto é discutido na Câmara

Foi realizada, dia 21 de novembro, mais uma reunião ordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados. Entre os assuntos discutidos estava o relatório final do grupo de trabalho destinado a analisar as implicações do uso do amianto no Brasil. A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, acompanhou a reunião, que foi suspensa após pedido de vista do deputado Penna (PV-SP).

PRT-10 comemora 30 anos

A solenidade em comemoração aos 30 anos da Procuradoria Regional do Trabalho da 10 Região (PRT-10) foi realizada dia 14 de dezembro. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, participaram do evento, que homenageou, também, procuradores do Trabalho e servidores com mais de 20 anos de instituição.

Durante o evento, foi apresentando um documentário sobre os 30 anos da Regional, com a participação dos ex-procuradores-chefes, bem como a apresentação inicial do memorial da PRT-10 com documentos, equipamentos e fotos da instituição. Além disso, foi descerrada uma placa alusiva ao aniversário da Procuradoria.

EXPEDIENTE **Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014**

Carlos Eduardo de Azevedo Lima
PRESIDÊNCIA

Daniela de Morais do Monte Varandas
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonego Borner
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio
DIRETORIA

INFORMATIVO ANPT: Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: imprensa@anpt.org.br, *Site*: www.anpt.org.br , Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "S", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.

Congresso Nacional aprova Projeto de Lei dos subsídios

O plenário do Senado Federal aprovou, dia 18 de dezembro o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 119/2012, que trata da recomposição dos subsídios do procurador-geral da República e, por conseguinte, dos membros do Ministério Público da União (MPU). O PLC, que não recompõe completamente as perdas inflacionárias dos membros do MP, segue, agora, para sanção presidencial. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, acompanhou, direto do Plenário, toda a votação, inclusive quando foi votada, durante a noite do dia anterior, a aprovação de requerimento de urgência da matéria.

A adaptação do PL, que na Câmara tramitava sob o número 7753/2010, e foi aprovado pelo Plenário da Casa no dia 5 de dezembro, foi realizada em função do Projeto de Lei Orçamentária para 2013, que prevê reajuste total de 15,8% em três anos (pouco mais de 5% em 01/2013, o mesmo ocorrendo em 01/2014 e em 01/2015), nos termos do reajuste concedido pelo Poder Executivo a diversas carreiras do funcionalismo público.

Para o presidente da ANPT, as perdas inflacionárias dos últimos anos alcançam cerca de 1/3 do valor dos subsídios. Segundo ele, mesmo após essa aprovação pelo Congresso Nacional, a entidade continuará trabalhando para que os subsídios dos membros do Ministério Público sejam efetivamente recompostos. "A ANPT, assim como as demais entidades de classe representativas de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário da União, continua buscando alternativas às perdas reais sofridas em relação ao valor dos nossos subsídios, inclusive por meio da adoção de providências no âmbito judicial, a exemplo do ajuizamento de ação, buscando a indenização pelos danos materiais decorrentes das perdas inflacionárias", completou.

Vale lembrar, que recente decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Joaquim Barbosa, relator do mandado de segurança impetrado pelo procurador-geral da República, Roberto Gurgel, em 14 de setembro, previa que a proposta orçamentária original do Ministério Público da União (MPU) deveria ser conhecida e examinada pelo Congresso Nacional.

Plenário do Senado Federal

Foto: Waldemir Barreto/ Agência Senado

A ação (MS 31618) questionava ato da presidente da República, Dilma Rousseff, que, ao consolidar as propostas orçamentárias para o exercício de 2013 e encaminhá-las ao Poder Legislativo, deixou de incluir valores referentes aos gastos de pessoal na proposta orçamentária do MPU.

No mandado de segurança, Gurgel defende a autonomia orçamentária do Poder Judiciário e do Ministério Público e lembra que não cabe ao Executivo fazer juízo censório sobre as propostas: "O Executivo, por mais respeitável que lhe pareça a sua motivação, não dispõe de competência para promover cortes unilaterais na proposta orçamentária encaminhada pelo Ministério Público ou pelo Poder Judiciário, porque, no tema, o único árbitro é o Legislativo, a quem incumbe privativamente a apreciação do Projeto de Lei Orçamentário, não excluída, é evidente, a participação do Executivo no processo legislativo, inclusive com o poder de veto."

ANPT solicita ao CSMPT programa de saúde para membros e servidores do MPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) enviou, dia 20 de dezembro, requerimento administrativo ao presidente do Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), o procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, pleiteando a regularização, pelo CSMPT, da questão referente à implementação de um programa de atenção à saúde de membros e servidores do Ministério Público do Trabalho (MPT). O programa, de acordo com a entidade, deve levar em consideração o cumprimento das normas trabalhistas de saúde e segurança, assim como a Portaria PGR/MPU nº 301, de 5 de junho de 2012, que dispõe sobre o Programa de Exame Periódico de Saúde no âmbito do Ministério Público da União, que tem como objetivo, prioritariamente, a preservação da saúde de membros e servidores em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais e profissionais. Tal portaria entrou em vigor em 1º de julho desse ano.

Segundo a ANPT, "não há de se olvidar que os membros do MPT, conforme é reconhecido por toda a sociedade brasileira, desenvolvem atuação exemplar na busca da implementação de melhorias em relação ao meio ambiente laboral no âmbito de empresas públicas e privadas, bem como na Administração Pública Direta, nas esferas Municipal, Estadual e Federal, sempre tendo por escopo o cumprimento das normas de saúde e segurança do trabalho, tendo em vista as graves repercussões advindas de sua inobservância, muitas vezes irreversíveis, razão pela qual mostra-se imprescindível que, também em nossa própria instituição, seja aprofundado o trato de tais questões, com a devida e detalhada regulamentação, a fim de, com base nesta, virem a ser adotadas todas as medidas pertinentes e necessárias".

Secretária de Orçamento Federal recebe visita da ANPT

A recomposição dos subsídios dos membros do Ministério Público e da magistratura foi tema de reunião entre a vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, e a secretária de orçamento Federal, Célia Corrêa, dia 21 de novembro. Durante o encontro, a procuradora conversou com a secretária sobre a possibilidade de se conseguir negociar um valor mais adequado para as categorias, conforme os Projetos de Lei (PLs) que tramitam no Congresso Nacional, que visam a recompor as perdas inflacionárias dos membros de ambas as carreiras. O Governo declarou concordar, apenas, com a arovação de um patamar máximo de reajuste da ordem de 15,8%, a ser concedido parceladamente, em três anos.

A secretária, por sua vez, ressaltou que entende a situação pela qual as categorias têm passado, mas que dentro do atual cenário econômico, por não ter havido o esperado avanço na arrecadação, a questão da recomposição do subsídio passaria também por uma avaliação política que já vinha sendo negativamente sinalizada pelo Governo.

Subsídios foi o tema da reunião com Célia Corrêa

Foto: Ascom/ANPT

ANPT e Asempt tratam da criação de cargos de membros e servidores no MPT

A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, esteve reunida dia 27 de novembro com a vice-presidente da Associação dos Servidores do Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar (ASEMPT), Adeline Dias. Na ocasião, a procuradora entregou oficio à vice-presidente da Asempt no qual sugere que, da mesma forma que foi feito entre os associados da ANPT, aquela entidade promova a colheita de assinaturas dos servidores do Ministério Público do Trabalho (MPT) na forma de moção a ser dirigida ao procurador-geral da República, Roberto Gugel Santos, com o intuito de fortalecer, de maneira expressa, o apoio ao anteprojeto de lei aprovado pelo Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT), bem como a necessidade de seu imediato envio ao Congresso Nacional para discussão e aprovação pelos representantes da sociedade no Poder Legislativo",

O ANTEPROJETO DO CSMPT

O documento propõe a criação de 183 PTMs, a serem instaladas em localidades com Varas do Trabalho, segundo as necessidades do serviço e a disponibilidade dos recursos orçamentários, 899 cargos de procurador do Trabalho, 150 cargos de procurador Regional do Trabalho, 6857 cargos efetivos de servidor, sendo 3155 de analistas e 3702 de técnicos, 24 cargos em comissão nível 05 (CC-05), 96 cargos em comissão nível 04 (CC-04), 297 cargos em comissão nível 03 (CC-03), 1312 cargos em comissão nível 02 (CC-02), 169 funções de confiança nível 03 (FC-03), 507 funções de confiança nível 02 (FC-02) e 451 funções de confiança nível 01 (FC-01).

Sessão do CSMPT define destinação de vagas

O Conselho Superior do Ministério Público do Trabalho (CSMPT) realizou dia 9 de novembro, sessão extraordinária na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, em Brasília. O presidente ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da sessão juntamente com a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas.

A sessão deliberou sobre a destinação das vagas que serão preenchidas mediante concurso de remoção que deverá ser concluído em fevereiro, para o que se tomou por base os novos cargos que seriam providos a partir da posse dos novos procuradores do Trabalho, aprovados no 17º Concurso Público, cujo resultado foi homologado naquela sessão.

Reunião do CNPG tem presença da ANPT

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou dia 9 de novembro da reunião do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais (CNPG), que reúne os procuradores-gerais de todos os ramos do MPU e dos Estados. O evento foi realizado na sede MPT, em Brasília. Azevedo Lima ressaltou, durante a reunião, a relevância da atuação coordenada e conjunta dos diversos ramos do MP brasileiro, tanto dos Estados quantos dos ramos do MP da União, tendo em vista as conquistas que se alcança e que ainda se pode vir, cada vez mais, a alcançar com tal conjugação de esforços, na defesa dos interesses da sociedade.

Corregedor Nacional e conselheiros do CNMP recebem cópia de moção da ANPT encaminhada ao PGR

O corregedor nacional do Ministério Público, Jeferson Luiz Pereira Coelho, recebeu dia 12 de dezembro visita da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), oportunidade na qual foi entregue cópia da moção encaminhada ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, contendo 430 assinaturas de membros do Ministério Público do Trabalho (MPT) de todo o país.

O documento solicita ao PGR que ele encaminhe ao Congresso Nacional, na forma de Projeto de Lei, o anteprojeto que foi aprovado pelo Conselho Superior do MPT, após deliberação e aprovação de processo instaurado a partir de provocação da ANPT, que trata da criação de cargos de membros e servidores e de Procuradorias do Trabalho em Municípios (PTMs) no âmbito da instituição.

Cópias do mesmo documento também foram encaminhadas a todos os conselheiros do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), inclusive já se tendo mantido contatos para a entrega em mãos em reuniões realizadas com alguns deles, a exemplo dos conselheiros Alessandro Tramujas, Fabiano Silveira e Jarbas Soares. Nas reuniões, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, esclareceu o andamento da matéria, assim como a importância de se criar tais cargos para o MPT e para a sociedade brasileira como um todo.

Foto: Ascom/ANPT

Diretoria da ANPT reunida com conselheiros e corregedor do CNMP

O documento entregue aos conselheiros, além do caráter informativo acerca da moção encaminhada ao PGR e de solicitar o apoio do CNMP a respeito da matéria e quanto ao seu encaminhamento ao Congresso Nacional, explica que "assim como projeto que trata da criação de centenas de cargos de membros do MPF (PL 2202/2011), já aprovado em uma das Comissões da Câmara dos Deputados e que teve prévia manifestação favorável desse egrégio Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), apoia-se na defasagem dos cargos atuais de procuradores da República em relação à quantidade de cargos de juízes Federais (algo em torno de 02 para 01), a desproporcionalidade entre os cargos de juízes e de procuradores do Trabalho é ainda significativamente maior (quase 05 para 01), o que só tende a se intensificar com a crescente expansão da Justiça do Trabalho, com a instalação, somente neste ano de 2012, de 140 novas Varas do Trabalho, segundo dados do TST".

ENTREGA DE MOÇÃO AO PGT

Dia 3 de dezembro, o presidente e a vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, entregaram cópia da moção, também, ao procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo. Durante a entrega do documento, Azevedo Lima enfatizou a necessidade de que Camargo reforce as tratativas junto ao PGR para viabilizar o encaminhamento ao Congresso Nacional da proposta legislativa na forma em que foi ela aprovada pelo CSMPT. Ressaltou, também, que o assunto é de extrema importância para os membros do Ministério Público do Trabalho e para a sociedade brasileira, "sobretudo a classe trabalhadora, que em muito se beneficiará com o fortalecimento da nossa instituição".

Uso do Registrador Eletrônico de Ponto volta a ser debatido no Senado

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal realizou, dia 10 de dezembro, mais uma audiência pública para debater a regulamentação do sistema de controle da jornada, determinado pelo Ministério do Trabalho com a adoção obrigatória do Registrador Eletrônico de Ponto (REP) nas empresas. O foco dos debates foi o projeto de Decreto Legislativo nº 593/2010, que está sob a relatoria do senador Paulo Paim (PT/RS), na Comissão de Direitos Humanos. O Decreto pretende sustar a Portaria nº 1.510 de 2009 do Ministério do Trabalho que disciplina o registro eletrônico de ponto.

O procurador do Trabalho Joaquim Rodrigues Nascimento, que representou a ANPT na audiência, defendeu a Portaria e disse que a implantação desse sistema não tem volta, pois dá segurança e proteção à empresa e ao empregado como prova documental mais segura. "É obrigatório nas grandes empresas devido ao número de empregados e facultativo às micro e pequenas empresa", explicou.

Em virtude de divergências expostas no debate, uma vez que havia representantes de trabalhadores, empresas e de órgãos públicos, Joaquim Rodrigues explicou que o sistema não está imune a aperfeiçoamentos, principalmente se forem detectadas falhas. "No aspecto formal, a Portaria é perfeita", salientou o procurador ao pontuar que ela não pode ser sustada por Decreto, uma vez que o ministro do Trabalho não exorbitou dos seus poderes, previstos na legislação, ao editá-la e publicá-la.

“O trabalho infantil não acaba por meio do simples manejo de ações judiciais”

Foto: Ascom/MPT

ANPT durante a abertura do curso

A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, participou no dia 20 de novembro da abertura do II curso de formação do Projeto MPT na Escola: de mãos dadas contra o trabalho infantil. O curso, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília, teve a duração de dois dias e reuniu servidores e procuradores do Trabalho de todo o Brasil.

Em sua manifestação, Daniela Varandas registrou a importância do trabalho que vem sendo executado pela Coordenadoria Nacional contra a Exploração do Trabalho da Criança e do Adolescente (Coordinfância), responsável pelo desenvolvimento do projeto. “A Coordinfância vem desenvolvendo um trabalho de vanguarda, de altíssimo grau de relevância social”, disse.

A procuradora destacou, ainda, o trabalho desenvolvido pelo gerente nacional do projeto, o procurador do Trabalho Antonio de Oliveira Lima, que é conhecido pelo “amor e dedicação com que se dedica ao tema”. Nesse sentido, a vice-presidente elogiou a participação dos procuradores e servidores no curso de formação, principalmente porque se propuseram a trabalhar com a causa do combate ao trabalho infantil. “O procurador que atua nesta área tem que ser especialmente vocacionado, porque ele se despe de sua toga, deixa de lado o escudo da autoridade e passa a atuar, também, como pedagogo, assistente social, sociólogo e psicólogo, afinal, o trabalho infantil não acaba por meio do simples manejo de ações judiciais ou por meio de uma sentença judicial”, frisou.

Por fim, Daniela Varandas esclareceu que para se combater o trabalho infantil é preciso que se reconheça que o protagonismo não é do Judiciário e nem do Ministério Público. “É preciso ter sensibilidade para reconhecer que o papel do MP é muito mais de agente da promoção de uma transformação da sociedade. Daí a importância deste projeto, que leva o Ministério Público a dar as mãos aos professores, à família, e às crianças e jovens. Temos muito que contribuir, mas, também, temos muito que aprender com este convívio”, esclareceu.

ANPT participa de audiência pública sobre processamento dos recursos na Justiça do Trabalho

ANPT foi representada pela associada Adriana Machado

Foto: Ascom/ANPT

A procuradora regional do Trabalho Adriana Machado representou a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) durante audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A sessão foi realizada dia 28 de novembro para tratar do Projeto de Lei (PL) nº 2214/2011, de autoria do deputado Valtenir Pereira (PSB/MT), que dispõe sobre o processamento de recursos no âmbito da Justiça do Trabalho e dá outras providências.

Segundo o autor, o projeto é fruto de sugestões feitas pelo presidente do Tribunal Superior do Trabalho (TST), ministro João Oreste Dalazen, e tem como objetivos contemplar hipóteses de contrariedade às súmulas vinculantes editadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF), obrigar a uniformização de jurisprudência no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e instituir medidas para dar celeridade a decisões em recursos cujos temas estejam superados pela jurisprudência das cortes superiores competentes.

A representante da ANPT fez questão de ressaltar que o PL em debate contribui na aproximação do direito processual do trabalho às alterações introduzidas pela Emenda Constitucional nº 45, que, acrescentando o inciso LXXVIII ao art. 5º da Constituição Federal, elevou ao patamar de direito fundamental a tutela jurisdicional efetiva e a duração razoável do processo.

Durante sua apresentação, Adriana Machado disse que as alterações propostas no texto da CLT não são novidades na medida em que apenas incorporam regras já previstas em Súmulas, Orientações Jurisprudenciais e Regimento Interno do TST, bem como alterações já introduzidas no Direito Processual Civil. “Os valores da efetividade e da razoável duração do processo judicial são bem-vindos ao processo trabalhista,” explicou.

Ela ressaltou, na ocasião, que é preciso prever no PL mecanismos que assegurem maior efetividade às decisões já proferidas em primeira e segunda instâncias e defendeu, ainda, a introdução de alterações legais semelhantes ao Código de Processo Civil CPC, em especial o artigo 475-0, que versa sobre a execução provisória de sentença.

“O trabalho deve ser visto como um fator de inclusão social”

Com essa linha de pensamento, a vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, participou dia 27 de novembro de audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. A sessão debateu a precarização dos direitos dos trabalhadores, com ênfase para a questão da terceirização e o chamado simples trabalhista.

Em sua manifestação, a vice-presidente da entidade lembrou que tramita no Congresso Nacional uma série de Projetos de Lei (PL) de cunho “nitidamente precarizantes” que, segundo ela, foram formulados apenas com o intuito de reduzir os encargos e custos inerentes à folha de pagamento das empresas. Um desses projetos é o PL 4330/2004, que trata da terceirização, e tramita na CCJ da Câmara dos Deputados.

Segundo Daniela Varandas, quando se faz uma análise mais detida e isenta do PL, percebe-se que o significado de terceirização não está ligado com a ideia de desenvolvimento social e sim com o intuito de precarização dos direitos trabalhistas. Ela ressaltou, também, que dados do MPT apontam que a maior parte dos trabalhadores que sofrem acidentes de trabalho graves, em regra, são os terceirizados.

Nesse sentido, para Daniela Varandas, quando os serviços são prestados nas dependências da contratante a responsabilidade pelo ambiente do trabalho

Foto: Ascom/ANPT

Daniela Varandas durante a sua manifestação

cabe à tomadora dos serviços que possui a responsabilidade pelo meio ambiente de trabalho seguro em suas dependências. “O trabalho deve ser visto sempre como um fator de inclusão social, e não de exclusão ou tratamento diferenciado”, completou a procuradora.

Ela falou, também, sobre o PL 951/2011, que trata do simples trabalhista. “Novamente o que não reputamos conveniente nem tampouco razoável é que essa redução de encargos e custos para as empresas se dê à custa da precarização das condições de trabalho, da subtração de direitos históricos dos trabalhadores e da possibilidade de aumento significativo das fraudes”, disse.

Afirmou, ainda, que os membros do MPT não podem concordar com a criação de trabalhadores de segunda categoria que, segundo ela, passariam a ser os empregados de microempresas e empresas de pequeno porte. Vale lembrar que a proposta do simples trabalhista dá tratamento diferenciado a estes trabalhadores, permitindo, dentre diversas outras medidas discriminatórias, a redução a 25% da alíquota dos depósitos da conta vinculada ao FGTS. “É preciso ter em mente que o debate em torno da terceirização, ou de qualquer outro projeto que reduza direitos trabalhistas, não interessa somente às empresas e aos trabalhadores. Esse debate é de toda a sociedade, pois estão em jogo não só questões de economia, mas também de direitos humanos e por isso toda e qualquer discussão deve ser feita com muita responsabilidade”, completou.

* Confira a íntegra da matéria no *site* www.anpt.org.br

PL da terceirização é tema de debate na Câmara

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados realizou, dia 22 de novembro, audiência pública sobre o Projeto de Lei (PL) que regulamenta a terceirização (PL 4330/04). A sessão contou com a participação de representantes de diversos setores, contrários e a favor do PL. A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, acompanhou a reunião, solicitada pelo deputado João Paulo Lima (PT-PE), que teve a participação do procurador Regional do Trabalho Fábio Leal Cardoso, como representante do Ministério Público do Trabalho (MPT).

Em seu pronunciamento, Fábio Leal disse que a primeira coisa que deve ser feita ao se discutir o assunto é entender o conceito de terceirização. Nesse sentido, ele explicou que existem duas modalidades de terceirização: a contratação de serviços especializados, “que é salutar para a economia e para o trabalho e deve ser incentivada”; e a locação de mão de obra, “que é ilícita e deve ser combatida, porque trabalho não é mercadoria e sim um fator de inserção social”. Segundo ele, é essa locação que gera a maioria dos conflitos judiciais. Ele defendeu a modificação ou a rejeição integral da proposta.

O representante do MPT reforçou a ideia de que não se pode admitir a violação dos direitos já adquiridos pelos trabalhadores e que a aprovação do PL deve gerar conflitos imprevisíveis. “Nós do MPT somos obrigados a nos manifestar contra o conteúdo do projeto, porque consideramos que a terceirização é um fator de precarização das relações de trabalho. Qualquer proposição legislativa que vise a piorar a condição de trabalho dos trabalhadores corre sérios riscos de ser declarada inconstitucional”, finalizou.

* Confira a íntegra da matéria no *site* www.anpt.org.br

Ministro do Trabalho e Emprego recebe visita da ANPT

O ministro do Trabalho e Emprego (MTE), Carlos Daudt Brizola, recebeu dia 9 de novembro a visita do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e do procurador do Trabalho, e associado da entidade, Adélio Justino Lucas, para tratar de questões de interesse da categoria, principalmente no que se refere à política remuneratória, em especial no que tange à tramitação dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da recomposição do valor dos subsídios dos membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, bem como o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) das duas carreiras, tendo sido solicitado ao ministro que auxilie as categorias no diálogo com a presidente da República, Dilma Roussef, a fim de se buscar um consenso na aprovação dos projetos que tratam das matérias.

Durante o encontro, o presidente da ANPT explicou ao ministro que os membros do MPT, estavam mobilizados em todo o país, o que se dava não apenas em relação à necessidade de recomposição inflacionária, mas, também, por uma efetiva e real valorização da carreira. Ele informou ao ministro, ainda, sobre as perdas inflacionárias dos membros do MP, que chegam a mais de 30%. Nessa mesma linha argumentativa, Azevedo Lima destacou, também, a necessidade do restabelecimento do ATS.

Ministro ressaltou seu apoio ao pleito da ANPT

Foto: Ascom/ANPT

O ministro do Trabalho e Emprego, por sua vez, mostrou-se favorável ao pleito da entidade e falou que buscará contribuir na interlocução com a presidente Dilma Roussef.

Procuradores do Trabalho de todo o país participam de atos públicos

Ao longo da Semana de Valorização do MPT, promovida pela ANPT, diversos atos, em todo o país, foram realizados em conjunto com as demais entidades de classe representativas de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Para dar efetividade à ação, foram criadas comissões regionais de mobilização nas unidades do MPT espalhadas pelo Brasil.

As comissões foram responsáveis pelo planejamento, mobilização e execução dos atos da Semana no âmbito de cada Regional, com autonomia para optar pelas ações que fossem mais efetivas, de acordo com as peculiaridades locais.

Entre as ações realizadas, os membros da Procuradoria Regional do Trabalho (PRT) do Rio de Janeiro participaram da mobilização promovida no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com paralisação das atividades jurisdicionais por dois dias e não participação da Semana de Conciliação. Além disso, houve concentração e distribuição de material gráfico ao público cliente da Justiça Federal, em particular os atendidos na atividade de conciliação. Houve ainda reunião, onde foram discutidas a pauta remuneratória da magistratura e MP da União, transmitida por videoconferência para o Espírito Santo.

Já na PRT de São Paulo, os procuradores do Trabalho João Sabino e Alline Pedrosa Oishi Delena representaram a ANPT no ato que mobilizou centenas de pessoas entre procuradores, juízes, advogados e servidores na Praça da Justiça do Fórum Trabalhista Ruy Barbosa, no dia 7 de novembro. Já os procuradores do Trabalho da PRT do Paraná participaram com a AMATRA IX de mobilização conjunta. Os atos ocorreram em Curitiba e Londrina. Aconteceram eventos de mobilização em conjunto com os Juízes do Trabalho e Juízes Federais. A imprensa foi convocada e houve grande repercussão.

A PRT de Minas Gerais reuniu procuradores do Trabalho, juízes do Trabalho e juízes Federais em Belo Horizonte, no dia 7 de novembro. A ANPT foi representada pelo delegado da Associação em Minas, Victorio Rettori. Em Brasília, o ato foi organizado em conjunto com a Amatra-10 (DF e TO) no Fórum Trabalhista da Capital.

ANPT ajuíza ação indenizatória em decorrência das perdas inflacionárias

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) ajuizou ação ordinária de indenização contra a União, por meio da qual se requer que seja reconhecido o direito à indenização por perdas materiais de seus associados, em virtude dos prejuízos causados pela omissão do Congresso Nacional em votar as proposições legislativas que tratam da recomposição do valor dos subsídios no período de 2006 a 2012. A ação se insere nas diversas medidas que foram adotadas pela entidade ao longo da Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho.

Na ação, a ANPT ressaltou que "o prejuízo material suportado pelos associados, segundo índices inflacionários oficiais, está acumulado em aproximadamente 34,29% (IGP-M: 2006 de 3,84%; 2007 de 7,74%; 2008 de 9,80%; 2009 de 1,71%; 2010 de 11,32%; 2011 de 5,09%; 2012 de 7,09% até setembro e descontado o reajuste parcial de 5% + 3,88% concedido em 2009), que constitui a soma de todos os índices inflacionários, ao longo desses anos em que há mora do Congresso Nacional na implementação do direito subjetivo desses agentes públicos à revisão geral anual de seus subsídios em índices mínimos correspondentes à inflação acumulada no período, para evitar a perda material incidente nestes".

Atos políticos em Brasília marcam Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho

Teve início, dia 7 de novembro, a Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho, promovida pela Associação Nacional dos procuradores do Trabalho (ANPT), até o dia 14 de novembro. O presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente Daniela Varandas, participaram de Ato Político realizado em Brasília, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1).

O ato foi realizado em conjunto com entidades de classe representativas de membros do Poder Judiciário e do Ministério Público da União, com organização da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (ANAMATRA) e da Associação dos Juízes Federais do Brasil (AJUFE), cujas categorias deliberaram por não participar da Semana de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Segundo o presidente da ANPT, conquanto seja relevante juntar um grande número de membros de ambas as carreiras para discutir e debater temas caros às suas respectivas categorias, no entanto, "é lamentável que tenhamos que, mais uma vez, estar aqui para tratar da imprescindibilidade, cada vez mais ignorada, lamentavelmente (e dizer que é lamentável é dizer muito pouco, reconheça-se) de se valorizar e de se respeitar o Ministério Público e o Poder Judiciário", destacou logo no início de seu pronunciamento.

Ele comentou, ainda, que do ano passado para cá, mais especificamente desde o dia 21 de setembro de 2011, data da realização do Dia Nacional de Valorização da Magistratura e do Ministério Público da União, em que mais de 1500 procuradores, promotores e juízes de todo o Brasil viajaram a Brasília e foram ao Congresso Nacional e ao STF ressaltar seu inconformismo com a situação, nada mudou. "Na verdade, o que constatamos é que esse desrespeito tem se tornado ainda mais grave e mais flagrante com o decorrer do tempo, o que não podemos, sob nenhuma hipótese, aceitar."

Abertura dos Atos políticos no TRF-1

Fotos: ASCOM/ANPT

Presidente da ANPT em ato organizado em parceria com a Amatra-10

Azevedo Lima ressaltou que é necessária a adoção de providências urgentes em relação à questão dos subsídios, para o que não pode deixar de haver uma atuação conjunta e concatenada de todas as categorias, o que tem sido buscado, segundo ele, pelas entidades que compõem a Frentas. "Temos colegas em todo o país que estão participando dos movimentos realizados em parceria com os juízes Federais e do Trabalho, ao longo do dia e, também, de toda a semana", explicou. Outra questão apontada diz respeito à necessidade de restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), que, segundo ele, também consiste em questão de grande relevância para uma política remuneratória mais racional e efetiva, valorizando, em suas palavras, "a própria noção de carreira".

O presidente da AJUFE, Nino Oliveira, por sua vez, falou que a mobilização é importante para mostrar à sociedade que a magistratura precisa ser valorizada. "Desvalorizar a magistratura é desvalorizar a sociedade. A independência da magistratura é fundamental para a democracia, e essa independência passa por uma remuneração condigna, prevista pela própria Constituição Federal", revela Oliveira.

A importância de se lutar para conseguir uma política remuneratória condigna também foi defendida enfaticamente pelo presidente da ANAMATRA, Renato Henry Sant"Ana. Segundo ele, "quem vive do que ganha não pode ter vergonha de defender o seu salário".

O presidente e a vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, também participaram do ato realizado em conjunto com a Amatra-10. Na ocasião, Azevedo Lima disse que "o enfraquecimento do Ministério Público e do Poder Judiciário só prejudica, e em muito prejudica, a sociedade, e não há de se falar em independência dessas instituições sem respeito às suas autonomias financeira e orçamentária".

Adicional por Tempo de Serviço e subsídios são temas discutidos com deputados e senadores

Fotos: Ascom/ANPT

ANPT reunida com relator dos PLs dos subsídios

Reunião com senador Gim Argello

Presidente da CTASP recebe diretoria da ANPT

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, estiveram ao longo da Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho, realizada de 7 a 14 de novembro, em contato com diversos parlamentares, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado Federal. Vários temas de interesse da categoria em tramitação no Congresso Nacional foram discutidos, com especial ênfase para as proposições legislativas referentes à recomposição do valor dos subsídios e do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS).

Em relação aos Projetos de Lei (PLs) dos subsídios e outras proposições em trâmite na Câmara dos Deputados, a diretoria da ANPT esteve reunida com o relator setorial da Comissão de Orçamento, deputado Luciano Castro (PR-RR), com o relator dos projetos, deputado Aelton Freitas (PR-MG), com o presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP), deputado Sebastião Bala Rocha (PDT-AP) e com o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), deputado Ricardo Berzoini (PT-SP). Conversaram, também, com o presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), deputado Paulo Pimenta (PT-RS) e os deputados Nelson Marquezelli (PTB-SP) e Roberto Santiago (PSD-SP). Em todas as reuniões, a diretoria da ANPT articulou o apoio para a questão dos PLs que tratam da recomposição do valor dos subsídios. A entidade apresentou, também, informações atualizadas sobre a situação dos projetos, assim como explanou sobre as perdas inflacionárias da categoria, que já ultrapassam 30%.

Outro tema abordado com os parlamentares, mais especificamente com Luciano Castro e Sebastião Bala Rocha, diz respeito ao PL 4356/2012, que dispõe sobre a criação de cargos de membros e, em relação a servidores, cargos efetivos, cargos em comissão e funções de confiança no Ministério Público do Trabalho (MPT). Já sobre a PEC que trata do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), a diretoria da entidade manteve contato com o senador Randolfe Rodriguez (Psol-AP), que havia apresentado um voto em separado, onde retirava o ATS de todos os membros de Poder. Após articulação das entidades, o senador se comprometeu a alterar o voto e seguir o parecer do relator da PEC, senador Gim Argelo (PTB-DF), a fim de se deixar claro e expresso o restabelecimento do ATS para os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário.

Ainda sobre esse assunto, o presidente e a vice-presidente da ANPT estiveram reunidos com o senador Gim Argello, no dia 8 de novembro. O parlamentar havia apresentado no dia anterior na CCJ do Senado Federal parecer reformulando as propostas. Durante a reunião, o senador ressaltou que após as alterações realizadas, o projeto ficou "mais limpo" e, assim, com um direcionamento melhor. Disse, também, estar confiante em sua aprovação, para o que envidará todos os esforços necessários.

Presidente do Senado discute subsídios com membros do MP e da magistratura

Foto: ASCOM/ANPT

Senador conversa com o grupo

O presidente do Senado Federal, José Sarney (PMDB-AP), esteve reunido, dia 7 de dezembro, com juízes do Trabalho e Federais, além do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, para ouvir reivindicações dos representantes das carreiras no que diz respeito à falta de uma política salarial adequada para as categorias formadas pelos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público.

O grupo conversou com o senador sobre a necessidade de se aprovar, o quanto antes, os Projetos de Lei (PLs) que tratavam da reposição as perdas inflacionárias dos membros do MP e da magistratura, além de pedir para que ele fizesse uma interlocução junto ao Governo Federal e o próprio Congresso Nacional, no que diz respeito à tramitação da Lei Orçamentária Anual para 2013, tendo por objetivo o alcance de uma solução efetiva para a recomposição do valor dos subsídios dessas duas carreiras jurídicas de Estado.

José Sarney mostrou-se simpático ao pleito das entidades associativas e disse que faria o possível para que esse embate fosse resolvido com a maior brevidade possível. "Sempre procurei dar apoio às causas da magistratura e do Ministério Público. No que depender de mim, estou pronto para colaborar", completou.

Parlamentares e PGR reúnem-se com entidades associativas

Foto: ASCOM/ANPT

Grupo reunido com o procurador-geral da República e com parlamentares

Foi realizada, dia 14 de novembro, na Procuradoria-Geral da República, em Brasília, reunião conjunta entre representantes de entidades associativas do Ministério Público da União, com participação do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e da vice-presidente da Associação, Daniela Varandas, bem como do procurador-geral da República, Roberto Gurgel, o relator-geral do orçamento de 2013, senador Romero Jucá (PMDB-RR) e o relator setorial da Comissão Mista de Orçamento, deputado Luciano Castro (PR-RR). O foco principal da reunião foi a situação referente à recomposição do valor dos subsídios dos membros do MPU.

Segundo Jucá, mesmo com as dificuldades encontradas em abrir um canal de comunicação com o Governo Federal com o intuito de articular a aprovação dos PLs tem tentando encontrar uma maneira de negociar com o Governo de forma a contemplar o pleito das categorias. Disse, porém, que essa negociação é sensível e que, inclusive, até o momento, o Congresso não votou sequer o relatório preliminar do orçamento. O presidente ANPT, por sua vez, relembrou que as perdas inflacionárias já alcançam cerca de 30%, tomando-se por base apenas os últimos anos. Nessa linha, o deputado Luciano Castro ressaltou que entende a situação das categorias e reiterou, assim como já havia feito em reunião realizada em seu gabinete dia 13 de novembro, que está aberto para auxiliar no que puder.

Outra questão levantada pelo presidente da ANPT diz respeito ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS). Ele informou sobre conversas recentes mantidas nos últimos dias no Senado Federal a respeito da questão, com os senadores Gim Argello (PTB-DF) e Randolfe Rodrigues (Psol-AP), tendo solicitado o apoio do senador Romero Jucá, dada a relevância do tema e o que ele representa em termos de valorização da carreira. Jucá entendeu que o pleito é justo e que a retirada da PEC de um grande número de categorias em relação ao restabelecimento do ATS, mantendo-se basicamente os membros do Ministério Público e do Poder Judiciário, torna a proposta mais viável e com maiores chances de aprovação. O procurador-geral da República também reforçou a importância da aprovação do ATS para as categorias, além de ter enfatizado que as dificuldades impostas pelo Governo para a negociação referente aos subsídios pode levar o STF à adoção de medidas mais contundentes.

ANPT participa do lançamento de campanha do CNMP

"Conte até 10. Paz. Essa é a atitude". Esse é o mote da campanha de combate aos homicídios cometidos por impulso ou por motivos fúteis lançada, dia 8 de novembro, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), e faz parte da Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública (Enasp). O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente da entidade, Daniela Varandas, prestigiaram o evento, que apresentou, ainda, um estudo relativo às motivações dos homicídios cometidos entre 2011 e 2012 em onze estados brasileiros. O presidente da ANPT foi convidado a se pronunciar pelos organizadores da campanha em nome das entidades de classe do Ministério Público brasileiro.

Azevedo Lima ressaltou que a atuação das entidades de classe do Ministério Público e da magistratura, atualmente, vai muito além dos interesses específicos e diretos das classes que representam. Segundo ele, existe, também, ao lado dessa relevante atuação, a defesa dos interesses da sociedade como um todo e que, neste caso, "a pertinência não poderia ser maior em se tratando do tema de combate à violência e, mais especificamente, da banalização da violência, tão caro a toda a sociedade".

O presidente da ANPT falou, assim, sobre a participação das Associações na campanha, destacando que, se é estarrecedor deparar-se com um grave cenário de tanta violência cometida diariamente, não se pode deixar de considerar que muitos desses crimes ocorrem por impulso, podendo ser facilmente evitados com um pouco mais de reflexão. "Parabenizamos o CNMP, a Enasp, o Ministério da Justiça, enfim, todos os parceiros envolvidos, e buscaremos ampliar a divulgação da campanha tanto com nossos associados quanto por meio deles", destacou.

Para combater os crimes por impulso, a campanha "Conte até 10. Paz. Essa é a atitude" passa a mensagem de tolerância em situações de conflito, buscando evitar a violência (brigas de trânsito, entre vizinhos, em bares, etc). Mais informações no *site* www.conteate10.cnmp.gov.br

Azevedo Lima falando sobre a campanha

Participantes durante o lançamento da campanha

Fotos: ASCOM/ANPT

CNMP lança Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa do Mundo

O presidente do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), Roberto Monteiro Gurgel, assinou, dia 22 de novembro, a portaria que institui o Fórum Nacional de Articulação das Ações do Ministério Público na Copa do Mundo. A solenidade de lançamento foi realizada na sede do CNMP, em Brasília, e contou com a presença de diversas autoridades, entre elas a vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, membros do Ministério Público, representantes do Senado Federal, Câmara dos Deputados, Controladoria Geral da União, Tribunal de Contas da União e Conselho Nacional de Justiça.

O coordenador do Fórum, conselheiro Fabiano Silveira, abriu a solenidade afirmando que a Copa do Mundo não é apenas um evento esportivo, assim como o futebol não é apenas um jogo de bola. Há muito mais coisas envolvidas. "O futebol e a copa são fios ao longo dos quais se explica a própria trajetória do Brasil como nação. São bens culturais compartilhados em larga escala", sintetizou. A partir da contextualização, Silveira explicou o *slogan* "A Copa que todos queremos", estampado na tela de fundo da mesa. "Queremos mostrar ao mundo a nossa capacidade de organização. E fazer a copa bem feita, como todos queremos, significa respeitar obsessivamente os marcos constitucionais e legais", disse.

O presidente do CNMP, Roberto Gurgel, destacou que a articulação e a integração, missões do Conselho, estavam evidenciadas na própria composição da mesa da solenidade, com várias instituições. "A iniciativa do Fórum objetiva integrar e agregar esforços que já vinham sendo desenvolvidos pelo Ministério Público brasileiro. Citando apenas duas iniciativas, nós temos, no âmbito do Conselho Nacional dos Procuradores Gerais do Ministério Público dos Estados e da União, a Comissão Permanente de Prevenção e Combate à Violência nos estádios e, no âmbito do MPF, o Grupo de Trabalho Copa 2014", ressaltou.

Seminário sobre Formas Contemporâneas de Escravidão

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 12 de novembro, da abertura de seminário promovido pela Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) sobre as formas contemporâneas de escravidão. O evento discutiu temas como os desafios da implementação das recomendações sobre trabalho forçado no setor agrícola e no setor têxtil, prevenção das formas contemporâneas de escravidão e fortalecimento de instituições para combater o trabalho escravo.

Para o presidente da ANPT, a reunião de tantos parceiros, inclusive do cenário internacional, a exemplo da relatora da ONU Gulnara Shahinian, "enfatiza a relevância do combate às formas contemporâneas de escravidão, e, no caso da experiência brasileira, demonstra a importância do trabalho conjunto de tantas instituições com o objetivo de se buscar a extinção dessa absurda modalidade de exploração do labor humano".

A relatora das Nações Unidas, Gulnara Shahinian, em seu pronunciamento, falou sobre as formas contemporâneas de escravidão e elogiou a experiência brasileira no combate ao trabalho análogo ao de escravo. Destacou, nesse sentido, a chamada "Lista Suja", documento que reúne o nome de empresas que

Foto: ASCOM/ANPT

Presidente da ANPT acompanhou o seminário promovido pela Conatrae

fazem uso desse artifício em sua linha de produção e impede que elas recebam financiamento público. Gulnara ressaltou, porém, que o país precisa avançar no combate à impunidade.

A ministra Maria do Rosário, por sua vez, ressaltou que, no Brasil, há setores econômicos que se apresentam como modernos, mas que utilizam velhas práticas para atingirem o lucro. Afirmou, também, que o fortalecimento da "Lista Suja" é uma decisão política da presidente da República, Dilma Roussef, e que o governo brasileiro não aceitará nenhuma forma de precarização das relações de trabalho.

Congresso promovido pela ALAL tem participação da ANPT

O diretor financeiro da ANPT, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participou, dia 7 de novembro, do I Congresso Internacional "Rumo a um novo paradigma nas Relações de Trabalho: a dignidade humana, democracia e uma Agenda do Trabalho Digno", que debateu a liberdade sindical, terceirização e meio ambiente do trabalho. O evento foi promovido pela Associação Latino Americana de Advogados Trabalhistas (ALAL), no período de 5 a 9 de novembro de 2012, em Salvador (BA).

Diretor financeiro da ANPT, Ângelo Fabiano

As finalidades do congresso foram debater a dignidade humana e a inclusão social, por meio da discussão de diversos temas que preocupam a classe trabalhadora, bem como integrar as diversas entidades e órgãos defensores dos direitos fundamentais trabalhistas. Durante o painel em que foi palestrante, cujo tema era "Liberdade Sindical, Terceirização, Meio Ambiente Degradado e Desregrado", Ângelo Fabiano falou sobre os efeitos danosos causados pela atual "epidemia" da terceirização, os altos índices de acidentes de trabalho dentre os trabalhadores terceirizados e o enfraquecimento da representatividade sindical em razão da fragmentação da classe trabalhadora. Além disso, na sua explanação, procurou dar sugestões de cláusulas que podem ser inseridas em instrumentos coletivos negociados no intuito de evitar a precarização pela subcontratação de serviços.

Leia íntegra da matéria no *site*: www.anpt.org.br

Nota pública da ANPT apoia procurador do Trabalho

A ANPT divulgou, dia 23 de novembro, nota pública em que mostrou sua irresignação em face do tratamento ofensivo e desrespeitoso a que foi submetido o procurador do Trabalho Jorsinei Dourado do Nascimento durante o exercício de suas atribuições funcionais em sessão realizada no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da 11ª Região. A entidade ressaltou, por meio do documento, sua preocupação com a situação ocorrida, enfatizando que "a urbanidade e o respeito devem sempre nortear as relações pessoais e profissionais entre os membros do Ministério Público e da Magistratura, conforme previsto nas Leis Complementares que regem as respectivas carreiras".

Desse modo, a Associação repudiou a conduta isolada praticada por desembargador Federal do Trabalho, por entender que atos como esse constituem atentado inconcebível à própria imagem e à atuação do Ministério Público do Trabalho e por isso não podem ser tolerados. A despeito do ocorrido, a ANPT ressaltou, inclusive, o tratamento "sempre respeitoso que costuma nortear as relações entre os membros do TRT da 11ª Região e os membros do Ministério Público do Trabalho que lá oficiam". Nestes termos, a ANPT ofereceu apoio e solidariedade ao procurador do Trabalho Jorsinei Dourado do Nascimento e manifestou confiança de que o Tribunal adotará providências para que incidentes como esse não voltem a acontecer.

ANPT intensifica debate junto ao CNMP para ajustar distribuição de cargos de servidores no âmbito do MPT

A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) protocolizou, dia 17 de dezembro, novo requerimento no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) sobre a questão referente ao "abismo" existente na distribuição de recursos humanos entre os ramos do Ministério Público da União (MPU). Segundo a entidade, essa diferença é sentida de maneira mais intensa pelo Ministério Público do Trabalho (MPT).

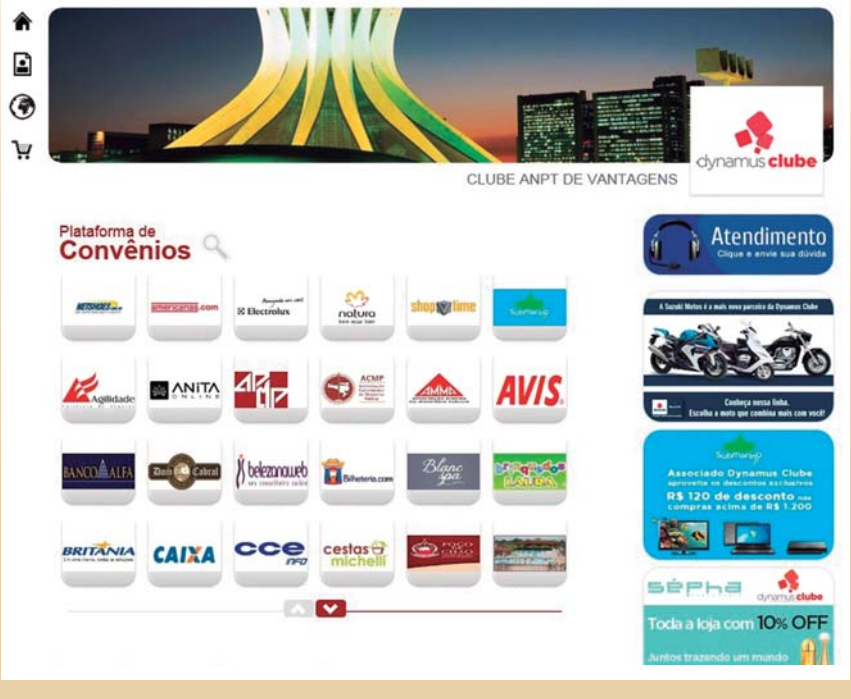
O documento diz respeito ao fato de que, como a Lei n.º 11.372/2006 criou cargos efetivos nas carreiras de Analista e Técnico do MPU, porém para atender à estrutura do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), o Conselho entendeu que, como os servidores efetivos em exercício naquele Conselho prestaram concurso para o MPU, nada impede que eles, conquanto ocupem cargos no CNMP, venham a pleitear remoção para os ramos do MPU, "ao menos até que advenha lei criando uma carreira própria dos servidores do CNMP e se realize o respectivo concurso". No documento é destacado, ainda, que, com a redistribuição de tais cargos, pode-se diminuir a discrepância que existe no que diz respeito ao quantitativo de servidores no âmbito do MPU, com ramos, como se dá no caso do Ministério Público do Trabalho (MPT), que tem uma média que não ultrapassa em muito 2 servidores por membro e em que, dos cargos já criados e existentes legalmente, apenas cerca de 36% estão providos atualmente.

No requerimento, a ANPT solicitou que seja verificado (mediante ofício à Secretaria-Geral do MPU ou outra providência reputada pertinente), com a maior brevidade possível, quantos dos 80 cargos criados pela Lei nº 11.372/2006 para atender a estrutura do CNMP foram redistribuídos entre os ramos do MPU, bem como seja exarada ordem, do relator do pedido de providências instaurado a partir do requerimento formulado pela ANPT, "determinando sejam priorizados, na redistribuição dos retroaludidos cargos de servidores, os ramos com maior carência em seu quadro de pessoal, atentando-se, para tanto, para os índices de provimento de cada um de tais ramos", nos moldes já detalhadamente expostos na petição que havia sido protocolizada naqueles mesmos autos pela Associação em 21/08/2012, na qual se apresenta critério objetivo para tal distribuição, levando em consideração os já mencionados índices de provimento.

CLUBE ANPT DE VANTAGENS

dynamus consult
CONNECTING BUSINESS

O Clube ANPT de Vantagens oferece uma plataforma de convênios de modo a gerenciar, administrar e divulgar os benefícios obtidos pela ANPT para todos os associados da entidade. A plataforma trará, sempre, novidades em âmbito nacional e, também, convênios firmados com empresas locais, em todas as partes do país.



Entre os convênios oferecidos pelo Clube ANPT de Vantagens estão cinemas, escolas, farmácias, universidades, clubes, academias, empresas aéreas, concessionárias, bancos, entre vários outros.

Acesse a página eletrônica da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, no endereço **www.anpt.org.br** e clique no tópico "Espaço do Associado". Em seguida, clique em "Convênios ANPT" e desfrute das vantagens oferecidas pela Associação.

SBS Quadra 2 Bloco "S" Ed. Empire Center
Salas 1103 a 1105 11º andar
Brasília/DF CEP: 70070-904
Fone: (61) 3325.7570 e Fax.: 3224.3275
e-mail : anpt@anpt.org.br

Foto: Assessoria de imprensa/Deputado Vieira da Cunha

ENTREVISTA

"PEC 37 enfraquece o MP e deixa a sociedade mais vulnerável"

O deputado Federal Vieira da Cunha fala sobre a PEC 37 e quais serão as consequências negativas, principalmente para a população, caso ela seja aprovada pelo Congresso Nacional. Confira.

A PEC nº 37 /2011 retira do Ministério Público o poder de investigação. Na sua visão, qual a importância de continuar a ser essa uma das atribuição do MP?

É uma questão que tem a ver com a luta da sociedade brasileira contra a impunidade. Afastar o MP da investigação criminal é enfraquecer o Estado no combate à criminalidade, principalmente aquela "do andar de cima". A polícia, como todos sabem, é órgão do Poder Executivo. Tem subordinação hierárquica, não tem autonomia.

O Ministério Público foi concebido como instituição autônoma pelo legislador constituinte exatamente para poder cumprir, com independência, suas missões, uma das quais ser o titular exclusivo da ação penal. Ou seja, alguém será processado criminalmente – ou não – a critério exclusivo do promotor de Justiça. Assim, retirar o promotor da investigação do crime é um absurdo tão grande, tão inaceitável, que a PEC sequer deveria ter sido admitida por sua flagrante inconstitucionalidade. Suas disposições chocam-se frontalmente contra a própria ordem constitucional brasileira, a maneira engenhosa, inteligente, como o legislador constituinte resolveu estruturar o Estado brasileiro para combater com eficácia o crime.

Se o MP é o titular exclusivo da ação penal, se ele pode requisitar diligências e a instauração do inquérito, se ele deve exercer o próprio controle externo da atividade policial, conforme expressamente prevê a Constituição, como se sustentar o seu absurdo afastamento do trabalho de investigação criminal? Por isso, acredito firmemente que a PEC 37 não será aprovada. À medida que a sociedade brasileira se der conta do inaceitável retrocesso que teríamos com a aprovação, vai se mobilizar para exercer a legítima e necessária pressão sobre os deputados e senadores para que rejeitem a Proposta.

Na Comissão Especial, foi visível o açodamento na votação da PEC. Qual a sua expectativa em relação à apreciação da proposta no Plenário da Câmara?

A PEC necessitará no mínimo de 3/5 de votos favoráveis, em cada uma das Casas, em dois turnos de votação. Aqui, na Câmara, serão necessários 308 votos a favor. A correlação de forças que tivemos na Comissão Especial, amplamente favorável à aprovação, certamente não se reproduzirá em Plenário. Isto porque, com raras exceções, os deputados indicados para fazer parte da Comissão Especial foram criteriosamente selecionados pelas entidades representativas dos policiais para representar os seus interesses.

O açodamento da votação foi reflexo disso. Tanto assim, que fui impedido de apresentar o meu voto em separado contrário à aprovação da PEC. Protestei e recorri da decisão ao presidente da Câmara. Requeri a nulidade daquela sessão por afronta ao Regimento Interno, já que me foi negado o direito de sustentar o meu voto contrário à aprovação da PEC.

Quem será o maior prejudicado caso a PEC seja aprovada?

Evidentemente, a sociedade brasileira. Cansado de tanta impunidade, o que menos o cidadão quer é ver o Estado desfalcado na luta contra o avanço da criminalidade. Afastar o MP da investigação criminal não tem sentido, a não ser por uma visão estreita e corporativa.

O que precisamos é fazer com que a polícia e o MP trabalhem juntos, em parceria, harmoniosamente, em nome dos interesses maiores da sociedade e do objetivo final – que é comum – de realizar um bom trabalho de investigação que resulte na coleta das provas necessárias ao ajuizamento da ação penal e consequente punição dos que praticaram o delito.

A que podem ser atribuídas as constantes tentativas de alteração nas atribuições e prerrogativas do MP?

A verdade é que as tentativas de diminuir o Ministério Público têm a ver com o próprio exercício das suas atribuições. É que à medida que o MP age, desde as comarcas do interior até Brasília, ele fere interesses e incomoda poderosos. O que fazer? Pedir para os colegas "aliviarem"? Não podemos e não devemos.

Evidentemente que isso não quer dizer que não devamos combater os abusos e "estrelismos". Para isso, estão aí as Corregedorias e o próprio Conselho Nacional, que, dentre suas atribuições, tem a de receber e conhecer as reclamações contra membros do Ministério Público.

O que o Ministério Público não pode deixar de fazer é exercer, com altivez, a missão que lhe confiou o legislador constituinte, legítimo representante da sociedade brasileira que concebeu a Instituição com autonomia e independência exatamente para que pudesse cumprir os seus deveres com destemor.

Vejam, por exemplo, o caso do mensalão. Sem um Ministério Público independente, a Ação Penal 470 não existiria. Seria mais um expediente na gaveta da Procuradoria-Geral da República. Um tempo de impunidade que não queremos de volta. Hoje, felizmente, vivemos numa democracia. Nosso desafio é fazê-la avançar. Para isso, precisamos respeitar e fortalecer instituições como o Ministério Público, verdadeiro pilar do Estado Democrático de Direito em nosso país.

ANPT articula no Congresso contra a aprovação da PEC 37

A Comissão Especial da Câmara dos Deputados aprovou, dia 21 de novembro, o texto da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/11, que atribui exclusivamente às polícias Federal e Civil a competência para a investigação criminal, excluindo assim o poder de investigação do Ministério Público (MP). A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, que esteve presente na abertura da reunião, avalia que esta PEC é um retrocesso. "A aprovação desta PEC traria muitos prejuízos para a sociedade, pois retirando a atribuição de investigar do MP, certamente seriam sentidos reflexos diretos no aumento da impunidade", revela.

Fotos ASCOM/ANPT

Daniela Varandas durante reunião para votação da PEC 37

Grupo reunido com deputado Alessandro Molon

De autoria do deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), a Proposta deixa claro que o MP não poderá conduzir investigação e deve atuar apenas como titular da ação penal na Justiça. O relator da Proposta na comissão especial, deputado Fabio Trad (PMDB-MS), lamentou a decisão da comissão. O parlamentar havia modificado o texto original da PEC, permitindo que o Ministério Público investigasse, em conjunto com as polícias, os crimes contra a administração pública - como corrupção - e delitos praticados por organizações criminosas.

Durante a votação da PEC, no entanto, os deputados derrubaram o artigo que permitia essa investigação subsidiária do Ministério Público. Para Fabio Trad, a medida é prejudicial à sociedade. "Hoje, lamentavelmente, perdemos a oportunidade de ter polícia e Ministério Público juntos no combate à criminalidade." O relator disse que vai tentar retomar o texto do seu substitutivo na votação da PEC em Plenário. A Proposta ainda precisa ser votada em dois turnos na Câmara, antes de seguir para o Senado.

Já dia 28 de novembro, Daniela Varandas participou de reunião na Conamp, na qual foram discutidas novas estratégias de articulação no que diz respeito à PEC 37/11. Durante o encontro, foram discutidos novos caminhos a serem seguidos para que não ocorra, em plenário, a aprovação da PEC.

ARTICULAÇÃO DA ANPT

Na semana anterior à aprovação do texto da PEC, o deputado Fabio Trad (PMDB-MS) apresentou novas considerações a respeito de seu relatório à comissão especial formada para analisar a PEC 37/11. Após intensa articulação do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e da vice-presidente, Daniela Varandas, juntamente com dirigentes de outras entidades de classe, a votação foi adiada.

Diante do quadro que se formava e da necessidade de uma ação rápida para que a votação não ocorresse, o deputado Alessandro Molon (PT-RJ), após ser contatado pela ANPT, explicou a complexidade do tema e, inclusive, sugeriu ao presidente da comissão especial da Câmara, deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), que a votação ocorresse em outro momento, após a deliberação do Supremo Tribunal Federal (STF) a respeito da matéria, que se encontra na pauta da Suprema Corte, possibilitando-se, assim, uma análise mais aprofundada a respeito da questão.

Segundo os dirigentes da ANPT "estava clara a tentativa de se votar a proposta da maneira mais rápida possível, a fim de não possibilitar maior diálogo e discussão sobre os termos apresentados na PEC. O MP, e a sociedade como um todo, seriam, sem dúvida, os maiores prejudicados", enfatizou o presidente da Associação. Diante do quadro atual, a ANPT continuará acompanhando a tramitação da proposta, que agora será analisada pelo Plenário da Câmara, e articula, juntamente com os demais ramos do MPU e entidades de classe, uma Campanha Nacional contra a PEC 37.

Entidades solicitam novo cálculo da PAE ao PGR

Foi protocolado dia 18 de dezembro, pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e pelas demais associações representativas dos membros do Ministério Público da União (MPU), requerimento por meio do qual as entidades pleiteiam ao procurador-geral da República, Roberto Gurgel, que sejam refeitos os cálculos para apuração das diferenças devidas aos membros do MPU a título de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), passando-se a incluir, nos novos cálculos, os reflexos da Unidade Real de Valor (URV) sobre o principal do "Auxílio-moradia". Solicitam, ainda, a repercussão em adicional por tempo de serviço e demais parcelas regularmente pagas aos membros do MPU, com incidência dos 11,98% sobre o valor do auxílio-moradia e seus reflexos no período de abril de 1994 a dezembro de 1997.

O pedido foi feito após recente deliberação do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), proveniente de sessão realizada por aquele colegiado no final do mês de novembro, a partir da qual se determinou a expedição de comunicação a todos os Tribunais Trabalhistas, informando sobre a necessidade de reelaboração dos cálculos da PAE, com incidência da URV e seus reflexos. Com isso, as entidades ressaltaram ser "imprescindível a adoção de entendimento semelhante no âmbito do Ministério Público da União, notadamente quando se leva em consideração a simetria constitucional que deve existir entre as carreiras dos membros do *Parquet* e do Poder Judiciário, conforme regulamentação contida na Resolução n. 133, de 21 de junho de 2011, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ)".

Lançada em Brasília campanha nacional contra a PEC 37

Fotos: ASCOM/ANPT

Presidente da ANPT durante a abertura do evento em Brasília

Deputado Alessandro Molon durante sua explanação

"Brasil contra a IMPUNIDADE". Esse é o mote da campanha lançada, dia 11 de dezembro, na sede do Ministério Público Militar (MPM), em Brasília, contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/2011, que está em tramitação na Câmara dos Deputados. O evento, organizado por seis associações nacionais do MP, entre elas a Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), foi prestigiado por parlamentares, promotores, procuradores e procuradores-gerais de Justiça, além de representantes da Polícia Federal que apoiam o movimento do Ministério Público, jornalistas e integrantes da sociedade em geral.

Durante a solenidade de lançamento da campanha, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, disse que, ao tempo em que é relevante reunir tantas personalidades para debater tema tão caro à sociedade, como é o combate à impunidade, lamenta-se profundamente que se tenha de tratar, neste momento, de uma pauta negativa. "Lamentamos que tenhamos de estar aqui para, ao invés de debater medidas de aperfeiçoamento para o controle social no combate à corrupção e à criminalidade em geral, precisemos centralizar nossos esforços para barrar esse inegável retrocesso representado pela PEC 37, a chamada PEC da Impunidade", enfatizou.

Azevedo Lima afirmou, ainda, que a luta contra a PEC, na verdade, longe de representar qualquer defesa de interesses corporativos, constitui uma defesa da própria sociedade e do Estado Democrático de Direito. O presidente da ANPT também destacou que, apesar de a PEC 37 tratar da investigação criminal, essa retirada do chamado poder investigatório do MP terá influência negativa e direta em outras investigações conduzidas pelos membros da instituição.

Já o presidente do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais do Ministério Público dos Estados e da União (CNPG), Oswaldo Trigueiro do Valle Filho, por sua vez, disse que a PEC-37 representa um grave equívoco e que, dentro desse contexto, é preciso conclamar a sociedade. "A campanha é o primeiro passo para o envolvimento da população. Esse ato é importante para cada membro se envolver", disse.

O lançamento da campanha também recebeu o apoio público de senadores da República e de deputados Federais, além de membros da Polícia Federal. "Precisamos sair da casinha, sem que a casinha saia de dentro de nós", afirmou senador Pedro Taques (PDT-MT).

Já o deputado Alessandro Molon (PT-RJ) afirmou que ninguém apresenta uma proposta de lei, nem muito menos de emenda à Constituição, se não tem por objetivo resolver algo que não funcione. "Qual a lacuna que essa PEC quer preencher? Ela vem para criar mais problemas numa atitude equivocada, pela maneira errada, pela forma errada. Nosso desafio é mostrar para o Brasil que precisamos de mais investigação", completou."Temos que sepultar essa ideia infeliz e fortalecer a luta, para avançarmos de fato. Como membro da Comissão de Constituição e Justiça e, também, da Comissão Especial, e a primeira questão que fiz a respeito da PEC-37 foi: qual o problema que ela vem resolver?".

Presidente da Câmara dos Deputados recebe Carta de Brasília

Foto: ASCOM/ANPT

Marco Maia recebeu a comitiva contra a PEC 37

O presidente da Câmara dos Deputados, Marco Maia (PT-RS), recebeu dia 11 de dezembro, após a solenidade de lançamento da campanha "Brasil sem impunidade", a visita dos presidentes das associações nacionais e estaduais do MP, acompanhados dos procuradores-gerais de Justiça e dos deputados Vieira da Cunha (PDT-RS), Alessandro Molon (PT-RJ), Lelo Coimbra (PMDB-ES) e Ivan Valente (PSOL/SP). Durante a reunião, que teve a presença do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, o grupo entregou a Carta de Brasília contra a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 37/2011.

O presidente da ANPT ressaltou que, ante uma realidade com reconhecida e lamentável proliferação de casos de corrupção, crime organizado, execuções sumárias, ações de grupos de extermínio, cometimento de crimes graves como a exploração de trabalho escravo e a exploração sexual de crianças e adolescentes, não tem o menor sentido retirar o poder investigatório do Ministério Público. "Não guarda sequer coerência lógica com o sistema constitucional e com a feição que a Carta Magna deu ao MP, com suas garantias e prerrogativas, limitar a instituição a ser um mero repassador de provas colhidas por outrem, um mero expectador da colheita dessa prova", destacou.

ATUAÇÃO

Tomam posse em Brasília 35 novos procuradores do Trabalho

Foram empossados, dia 3 de dezembro, 35 novos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT). A solenidade de posse dos aprovados no 17º concurso para procurador do Trabalho foi realizada no auditório JK, da Procuradoria-Geral da República, em Brasília. O concurso admitiu, ao todo, 37 candidatos entre os mais de 7,9 mil inscritos. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a vice-presidente, Daniela Varandas, e outros integrantes da diretoria participaram da cerimônia.

Em seu discurso, o presidente da ANPT deu ênfase à necessidade de valorização das carreiras dos membros do Ministério Público, em especial no âmbito do MPT. Para ele, essa valorização passa não só pela necessidade de uma política remuneratória mais adequada, mas, também, de diversas outras questões, como a importância de se ter melhores condições de trabalho, a serem disponibilizadas aos membros do Ministério Público do Trabalho.

Diante disso, Azevedo Lima ressaltou a relevância da aprovação, pelo CSMPT, do anteprojeto de lei visando à criação de cargos de membros e de servidores, bem como de Procuradorias do Trabalho em Municípios no âmbito de todo o MPT, e que, agora, encontra-se sob análise do procurador-geral da República (PGR), Roberto Gurgel, "a quem, contando com seu inegável e elevado espírito público, pedimos o encaminhamento, na forma de projeto de Lei, ao Congresso Nacional, o que, ao nosso ver, mostra-se de extrema importância não só para os membros do MPT, mas para toda a sociedade brasileira, sobretudo a classe trabalhadora".

Destacou, ainda, a moção encaminhada pela entidade ao PGR, por meio da qual se pleiteia o encaminhamento do projeto ao Poder Legislativo e, também, o apoio do procurador-geral a essa proposição legislativa perante o parlamento. "Estamos seguros de que contaremos com esse apoio, Dr. Gurgel, considerando não apenas o que é sempre muito bem apontado por Vossa Excelência no que tange à necessidade de nos unirmos, de trabalharmos todos juntos, mas, também, tendo em vista que, assim como o projeto que trata da criação de centenas de cargos de membros do MPF (PL 2202/2011), já aprovado em Comissão da Câmara dos Deputados, apoia-se na alegada defasagem dos cargos atuais de procuradores da República perante a quantidade de cargos de juízes Federais (algo em torno de 02 para 01), a desproporcionalidade entre os cargos de Juízes e procuradores do Trabalho é também muito grande, o que só tende a se intensificar com a crescente expansão da Justiça do Trabalho", enfatizou.

Discurso do presidente ANPT

Fotos: ASCOM/ANPT

Novos procuradores do Trabalho

Em relação aos empossandos, o presidente da ANPT ressaltou que o momento é de festa, de alegria e de muita emoção. "A ANPT saúda a todos que, com muito estudo, esforço, empenho, dedicação, sacrifícios pessoais e familiares, comemoram hoje o fato de terem logrado êxito no 17º concurso público para o provimento de cargos de procurador do Trabalho e, por tal razão, são, neste momento, empossados em tão honroso cargo, o que, no caso concreto, é inquestionavelmente merecido".

Para ler a íntegra da matéria, acesse o *site* www.anpt.org.br

Frentas realiza última reunião de 2012 e elege novo coordenador

Integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas), entre eles o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, estiverem reunidos, dia 12 de dezembro, na sede da AMAGIS. Entre os temas da reunião, os dirigentes das entidades associativas debateram alternativas a serem adotadas no que diz respeito à revisão dos subsídios. Foi consenso que a atuação da Frentas, logo no início do ano legislativo de 2013, deverá canalizar seus esforços em busca da aprovação de Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que trata do restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS) como componente da remuneração das carreiras.

Várias das entidades ressaltaram também que estudam a possibilidade de ajuizamento, para breve, de ação judicial pleiteando indenização pelas perdas inflacionárias sofridas por suas categorias, tendo a ANPT informado que já ajuizou ação nesses moldes, inclusive disponibilizando a respectiva petição inicial, para conhecimento. Outra ação que também deverá ser ajuizada por algumas entidades da Frentas, conforme ressaltaram durante a reunião, diz respeito à não incidência de Imposto de Renda em relação ao terço constitucional de férias, a qual também já fora ajuizada pela ANPT.

Ainda durante o encontro foram eleitos o novo coordenador da Frentas, Nino Toldo, presidente da Ajufe, e Alexandre Camanho, presidente da ANPR, como secretário-geral.

Para ler a integra da matéria, acesse o *site* www.anpt.org.br

Diretoria da ANPT apresenta trabalho da Associação aos novos membros do MPT

Integrantes da diretoria da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) participaram, dia 13 de dezembro, do X *Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores do Trabalho*. Na ocasião, o presidente da entidade, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, juntamente com os demais integrantes da diretoria, falaram aos 35 novos procuradores do Trabalho sobre a atuação e o campo de atividades abrangido pelo trabalho desenvolvido pela Associação.

Azevedo Lima explicou que, atualmente, cerca de 99% dos procuradores do Trabalho que estão na ativa são filiados à Associação, beneficiando-se de diversos serviços. Ele informou, também, acerca da atuação política da entidade na defesa dos direitos dos membros do MPT e de questões relacionadas à sua atuação e à área trabalhista, dentre outras, na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, inclusive apresentando informações mais detalhadas acerca da tramitação de diversas proposições legislativas atualmente em trâmite no Congresso Nacional.

O papel político exercido pela ANPT, com a participação em movimentos como a Conatrae e o de combate à corrupção eleitoral (MCCE), buscando a defesa do regime democrático e dos direitos sociais, também foi lembrado pelo procurador. O presidente da ANPT destacou, ainda, a atuação conjunta da Associação com as entidades que compõem a Frentas, além de sua participação nas sessões do CSMPT e do CNMP, bem como do acompanhamento de feitos em trâmite no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e em outros órgãos.

A diretoria da ANPT esteve reunida em Brasília, entre os dias 12 e 13 dezembro, para discutir questões como os detalhes para a realização do XVIII CNPT, que acontece em abril de 2013, e as primeiras providências para o 25º ENPT. Trataram, também, da questão da assistência jurídica prestada pela entidade aos seus associados, a campanha desenvolvida em combate à impunidade e, de modo especial, contra a aprovação da PEC 37 pelo Congresso Nacional, dentre diversos outros temas.

Diretoria da ANPT durante apresentação

Reunião de diretoria na sede da ANPT

Fotos: ASCOM/ANPT

X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores do Trabalho

Teve início dia 4 de dezembro, na Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU), o X Curso de Ingresso e Vitaliciamento para Procuradores do Trabalho. Com duração de 420 horas, o treinamento foi organizado em módulos e dividido em quatro etapas: duas presenciais e duas à distância. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, a vice-presidente, Daniela Varandas, e o diretor financeiro da entidade, Ângelo Fabiano Farias da Costa, participaram da abertura do curso, que, nessa primeira fase, foi até o 19 de dezembro.

Em seu pronunciamento, Azevedo Lima saudou os novos procuradores do Trabalho e ressaltou a importância de realização do curso pelo qual eles passarão, dando destaque aos novos moldes propostos pela ESMPU. Ele explicou a relevância de se ter um treinamento voltado para um enfoque mais prático, o que pode e deve auxiliar os membros que ingressam na instituição na preparação para a atuação que passarão a desempenhar quando começarem a oficiar em suas unidades de lotação.

Abertura do curso, com a participação da ANPT

Foto: ASCOM/ANPT

MPT inaugura nova sede em Porto Velho

A vice-presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Daniela Varandas, participou da inauguração da nova sede do Ministério Público do Trabalho (MPT), bem como do descerramento de placa inaugural, em Porto Velho (RO), dia 29 de novembro. O evento fez parte das comemorações dos 26 anos de instalação da instituição na 14ª Região, constituída pelos estados de Rondônia e Acre.

Na solenidade, o procurador-geral do Trabalho, Luis Antônio de Camargo Melo, destacou o conforto das instalações, e falou de sua alegria em inaugurar a nova sede do MPT na capital rondoniense. Por sua vez, o procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho na 14ª Região, Aílton Vieira dos Santos, agradeceu aos parlamentares da bancada do estado na Câmara e no Senado Federal pelo empenho na destinação de emendas para garantir os recursos financeiros necessários à construção da nova sede.

Foto: MPT/RO

Daniela Varandas durante a solenidade de inauguração

ANPT prestigia descerramento da foto de ex-presidente da Anamatra

Foto: ASCOM/ANPT

ANPT prestigiou o descerramento

O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou no dia 5 de dezembro da solenidade de descerramento da foto do ex-presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Luciano Athayde Chaves. O juiz foi presidente da entidade no biênio 2009/2011.

Durante o evento, o ex-presidente da Anamatra ressaltou a importância dos anos em que esteve à frente da Associação e destacou que o trabalho de parceria com os integrantes da diretoria que o acompanharam durante sua gestão foi fundamental. "Nem todo mundo conhece, dá valor, mas todos precisam", disse referindo-se ao movimento associativo e agradecendo o apoio recebido de sua esposa, a juíza do Trabalho Daniela Chaves. "A Justiça do Trabalho seria outra sem as associações, que são atores políticos e sociais".

Foto: MPT/RJ

Regina Butrus e Teresa Cristina D´Almeida Basteiro homenageadas com as Comendas da Ordem do Mérito Judiciário

Procuradora-chefe do MPT-RJ é homenageada com a Comenda Grã Cruz

A procuradora-chefe do Ministério Público do Trabalho no Rio de Janeiro (MPT-RJ), Teresa Cristina d´Almeida Basteiro, recebeu, dia 30 de novembro, a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, no grau Grã Cruz. A comenda tem por finalidade homenagear operadores do Direito do Trabalho que se destacaram por suas atividades em prol da Justiça do Trabalho.

Também foi homenageada com a comenda de Grande Oficial a procuradora Regional do Trabalho Regina Fátima Bello Butrus, que já foi procuradora-chefe do MPT-RJ, presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e vice-presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).